PLANO DE GOVERNO

FELIPE CAMARÃO

CANDIDATO AO GOVERNO DO MARANHÃO 2026

DIÁLOGOS PELO MARANHÃO

COMPROMISSOS DE FELIPE CAMARÃO COM O POVO DO MARANHÃO

Propostas e compromissos dos Diálogos pelo Maranhão

Uma matriz de desenvolvimento socioeconômico para o Maranhão, do diagnóstico e dos cenários às novas formas de gerar renda e distribuir riqueza, aos três eixos transversais e aos compromissos de governo com o povo maranhense

Plano de Governo Participativo — Felipe Camarão Governador

Programa de governo apresentado ao povo maranhense

2027 | 2030

São Luís, julho de 2026

SUMÁRIO

Apresentação — Os compromissos que nascem do diálogo

Introdução geral dos compromissos

O ponto de partida: um estado que gera riqueza sem distribuí-la

A proposta: uma matriz socioeconômica, e não meramente econômica

Os três eixos que atravessam tudo

Do diagnóstico aos compromissos: como o documento se organiza

As fontes e o padrão de qualidade que este plano assume

Conexões programáticas: o Plano Lula e o legado dos governos Flávio Dino

A herança de método: o diálogo como forma de governar

O que foi interrompido: por que este plano fala em retomada

Políticas que este plano se compromete a continuar e aprofundar

O que este plano acrescenta

A janela nacional: onde o Maranhão se encaixa no projeto de Lula

Parte I — O quadro socioeconômico maranhense

a) O lugar do Maranhão no desenvolvimento nacional

b) As matrizes de desenvolvimento existentes

c) As desigualdades e a necessidade de novas matrizes

d) O quadro social do desenvolvimento: pessoas, capital humano e capacidade de Estado

Os três eixos transversais da matriz

Eixo transversal 1 — Conservação ambiental, recursos hídricos e alimentos saudáveis

Eixo transversal 2 — Combate a todas as formas de desigualdade a partir dos territórios

Eixo transversal 3 — Educação, inovação e inclusão socioeconômica

e) Os cenários do Maranhão que justificam a matriz

Parte II — Operacionalização: da matriz aos programas

1. Os dois vetores de distribuição: pequenos negócios e economia territorial
2. Governança do desenvolvimento territorial
3. As matrizes convertidas em programas
4. Base de dados e monitoramento
5. Sequenciamento: 100 dias, primeiro ano e mandato

Parte III — Os compromissos de governo

Bloco 1 — Políticas finalísticas: garantir direitos básicos a todos

Bloco 2 — Combate às desigualdades e promoção da inclusão

Bloco 3 — Desenvolvimento socioeconômico, trabalho e inovação

Bloco 4 — Território, ambiente e povos

Bloco 5 — Capacidade de Estado: a condição de efetivação das políticas públicas

Controle social, transparência e monitoramento com participação popular

1. Participação social permanente: da escuta à decisão
2. Transparência ativa: informação aberta e legível
3. Monitoramento com participação popular: acompanhar para corrigir
4. Prestação de contas: o governo responde ao povo

Considerações finais e próximos passos

Referências

OS COMPROMISSOS QUE NASCEM DO DIÁLOGO

Este documento reúne as propostas e os compromissos que assumo com o povo do Maranhão. Eles não foram escritos em um gabinete. Nasceram dos Diálogos pelo Maranhão, um movimento que percorreu todo o estado e ouviu milhares de pessoas, nas cidades e no campo, nas periferias e nos territórios tradicionais. Foi das ruas, das praças, das escolas, dos sindicatos, das associações, das comunidades e das plenárias on line que vieram as ideias aqui apresentadas. Este é, antes de tudo, um plano do povo maranhense.

As propostas colhidas nesse percurso foram analisadas e sistematizadas por Grupos de Trabalho (GTs), que reuniram especialistas, movimentos sociais, empresárias e empresários, trabalhadoras e trabalhadores, gestoras e gestores, conselheiras e conselheiros das políticas públicas, juventudes, mulheres, indígenas, quilombolas e famílias assentadas da reforma agrária. Cada área foi debatida por quem a vive e por quem a estuda, de modo que o conhecimento técnico e o saber de quem está na ponta caminhassem juntos. O resultado é um conjunto de compromissos com base real, e não promessas soltas ou vazias.

Com os Diálogos pelo Maranhão, retomo o mesmo movimento das Caravanas da Cidadania de Lula, que levaram o Estado ao encontro do povo, e dou continuidade aos diálogos iniciados por Flávio Dino na jornada popular que o conduziu ao governo do Estado. É uma forma de fazer política que acredita na escuta, na participação e na construção coletiva. Este plano parte do conhecimento crítico acumulado pelas universidades, da experiência e do saber dos movimentos sociais, dos trabalhadores e trabalhadoras e das conquistas do governo Flávio Dino, no Maranhão, e do governo Lula, no Brasil.

O fio que costura todos os compromissos é combater todas as formas de desigualdades e promover o desenvolvimento com justiça social, trabalho e renda, com criação de oportunidades, a partir do acesso às políticas públicas, da proteção e cuidado que a população maranhense precisa. É esse o compromisso central, um Maranhão que gera riqueza e a distribui, que cresce social e economicamente e melhora a vida das pessoas, que coloca no centro do desenvolvimento quem sempre esteve à margem.

Por acreditar nisso, apresento aqui, com responsabilidade, os meus compromissos com o povo do Maranhão. Eles continuam o diálogo que não se encerra neste documento, e que seguirá vivo na construção, na execução e no controle popular de cada uma das ações aqui assumidas.

Felipe Camarão

Candidato ao Governo do Maranhão

★ Como ler este documento.

Quem procura os compromissos assumidos pode ir direto à Parte III, onde eles estão organizados em cinco blocos temáticos, cada um com treze compromissos, num total de sessenta e cinco compromissos de governo. Quem quiser entender de onde eles vieram encontrará na Parte I o retrato do estado e, na Parte II, o caminho que liga esse retrato às decisões de governo. Ao longo do texto, caixas como esta resumem o essencial de cada trecho, e cada proposta indica o Grupo de Trabalho que a formulou.

INTRODUÇÃO GERAL DOS COMPROMISSOS

Este documento reúne o diagnóstico do Maranhão, a sua operacionalização e os compromissos que Felipe Camarão assume com o povo maranhense para o período de 2027 a 2030. Ele nasceu dos Diálogos pelo Maranhão e foi sistematizado por vinte e seis Grupos de Trabalho, que reuniram especialistas, movimentos sociais, trabalhadoras e trabalhadores, empresárias e empresários, gestoras e gestores, conselheiras e conselheiros de políticas públicas. Inscreve-se em duas continuidades explícitas, a do projeto nacional conduzido pelo presidente Lula e a do ciclo de transformações iniciado no Maranhão em 2015 pelo governo Flávio Dino. As páginas que seguem oferecem o fio condutor do conjunto. Dizem de onde parte o plano, o que ele afirma e como pretende ser verificado.

O ponto de partida: um estado que gera riqueza sem distribuí-la

O diagnóstico que abre o documento parte de uma constatação que os dados oficiais tornam nítida. O Maranhão cresceu acima da média nacional nas duas últimas décadas, acumulando expansão de 102,8% entre 2002 e 2023, e abriga a porta de saída de duas das maiores riquezas de exportação do país, os grãos do MATOPIBA e o minério de ferro de Carajás. Ainda assim, registra o menor PIB per capita da federação e a maior proporção de pessoas em situação de pobreza. Quatro dos cinco municípios de menor PIB per capita do Brasil são maranhenses. A distância entre a riqueza que o território movimenta e a renda de que sua população dispõe é a maior do país.

A explicação não está na ausência de crescimento, e sim na forma como ele se organiza. O estado opera hoje três matrizes de desenvolvimento. A primeira, agromineral-logística, movimenta muito valor, emprega pouco e destina ao exterior

a maior parte do que produz. A segunda, de serviços e setor público, sustenta emprego e renda, mas depende do gasto público e não puxa a transformação produtiva. A terceira, a economia territorial e popular, é a que efetivamente distribui renda e fixa famílias no território, e é justamente a mais sufocada por falta de crédito, de beneficiamento e de segurança fundiária. Falta ao conjunto uma matriz de industrialização e agregação de valor. Esse é o vazio central que o plano se propõe a preencher.

A proposta: uma matriz socioeconômica, e não meramente econômica

A escolha por falar em matriz socioeconômica é uma opção política e estratégica de desenvolvimento. Ela afirma que crescimento econômico, por si só, não produz desenvolvimento. No Maranhão, os indicadores econômicos somente se traduzem em desenvolvimento com justiça social quando caminham lado a lado com a melhoria dos indicadores sociais, ampliando oportunidades, reduzindo desigualdades e promovendo qualidade de vida.

Por isso, a proposta de governo rompe com a visão de que políticas sociais são custos decorrentes do crescimento econômico. Educação, cuidado, proteção social, saúde, segurança e saneamento são tratados como investimentos estruturantes e infraestruturas do desenvolvimento socioeconômico. Pessoas protegidas, qualificadas e com seus direitos assegurados produzem mais, inovam mais, empreendem mais e contribuem para economias mais robustas, inclusivas e sustentáveis.

Essa escolha traduz o que os Grupos de Trabalho e o Plano Participativo pelo Brasil e pelos Brasileiros, o Plano Lula, já afirmam. O Plano Lula situa o trabalho como principal instrumento de inclusão social e de construção da cidadania, cuja centralidade na vida das pessoas vai muito além da dimensão econômica, e orienta suas escolhas pelo bem-estar de quem depende das decisões de governo. Os Grupos de Trabalho convergem para o mesmo entendimento. A matriz articula, o tempo todo, dois planos que as políticas setoriais costumam tratar em separado. De um lado, as relações econômicas, ou seja, o que se produz, com que tecnologia e para onde escoa o valor. De outro, as relações sociais, isto é, quem trabalha, com que renda e sob quais desigualdades de território, raça, gênero e geração. É a articulação entre esses dois planos, e não cada um isolado, que move os indicadores socioeconômicos do Maranhão.

Dessa proposta decorrem quatro novas matrizes de geração de renda, a industrialização e agregação de valor no território, a bioeconomia e economia da sociobiodiversidade, a transição energética com repartição local e a economia do conhecimento, do cuidado e da cultura. Decorrem também dois vetores concretos de distribuição, o tecido de pequenos e médios negócios nas cidades e a economia territorial da agricultura familiar cooperativada no campo.

Os três eixos que atravessam tudo

Se as matrizes dizem o que produzir e como distribuir, três eixos transversais definem o sentido do desenvolvimento pretendido e devem estar presentes em cada programa, em cada território e em cada indicador. O primeiro é a conservação ambiental, a segurança hídrica e a produção de alimentos saudáveis com acesso a mercados, tratada como a principal vantagem comparativa do estado e apoiada no Zoneamento Ecológico-Econômico. O segundo é o combate a todas as formas de desigualdade a partir dos territórios, que faz da redução das assimetrias de renda, raça, gênero, geração, deficiência e território o próprio critério de sucesso do plano. O terceiro é a educação, a inovação científica e tecnológica e a inclusão socioeconômica, que fornece às pessoas as capacidades sem as quais nenhuma matriz encontra quem a realize.

Do diagnóstico aos compromissos: como o documento se organiza

A Parte I caracteriza o quadro socioeconômico maranhense em quatro passos. Primeiro, o lugar do estado no desenvolvimento nacional, lido tanto pela riqueza que o território movimenta quanto pelos indicadores sociais que dela resultam. Depois, as matrizes de desenvolvimento existentes e seus efeitos sobre a renda, o emprego e a distribuição. Em seguida, as desigualdades de renda, território, raça, gênero e capacidade produtiva, e a base social sobre a qual tudo opera. Por fim, os três eixos transversais e nove cenários estruturais que dizem a que problemas o plano responde.

A Parte II mostra como a matriz se realiza. Institui a governança do desenvolvimento territorial, articula planejamento, organização das cadeias e financiamento nessa ordem, converte as matrizes em programas e define a base de dados e o sequenciamento por horizontes de cem dias, primeiro ano e mandato. No centro da distribuição estão os pequenos e médios negócios das cidades e a economia territorial da agricultura familiar e do cooperativismo. A Parte III reúne os compromissos de governo, organizados em cinco blocos temáticos, cada um deles composto por treze compromissos nomeados, de modo que o conjunto soma sessenta e cinco compromissos. O documento se encerra com o compromisso de controle social, transparência e monitoramento com participação popular, sem o qual nenhum plano se cumpre. Diagnóstico e operacionalização vêm, assim, reunidos numa peça única, de modo que o leitor possa verificar, a cada passo, como a leitura da realidade se converte em decisão de governo.

A opção por compromissos nomeados, e não por listas de ações isoladas, segue o método do Plano Participativo pelo Brasil e pelos Brasileiros e responde a uma constatação do próprio levantamento. Os relatórios setoriais somam centenas de ações, e vários deles propõem, de forma independente, estruturas semelhantes

para o mesmo público. Reuni-las em programas preserva a integralidade das propostas e dá ao plano a forma enxuta e legível de um compromisso de governo. E, desse modo, consolida as políticas públicas como redes de ação estratégica.

As fontes e o padrão de qualidade que este plano assume

O documento tem três ordens de fontes, distinguidas ao longo do texto e reunidas na seção de Referências, ao final. A primeira são os relatórios dos vinte e seis Grupos de Trabalho dos Diálogos pelo Maranhão, que reuniram e sistematizaram o resultado de centenas de escutas. A segunda é o Plano Participativo pelo Brasil e pelos Brasileiros, referido no texto como Plano Lula ou Plano Nacional, que fornece a moldura programática nacional. A terceira são os dois programas de governo de Flávio Dino, de 2014 e de 2018, dos quais vêm tanto o método dos Diálogos quanto as políticas que este plano se propõe a retomar e ampliar. Os dados socioeconômicos provêm de fontes oficiais públicas, citadas caso a caso.

Três critérios orientam o uso dessas fontes e devem orientar a execução do plano. O primeiro é a fidelidade às propostas, de modo que cada compromisso indica o Grupo de Trabalho que o formulou, e a sistematização que agrega estrategicamente essas proposições. O segundo é a exigência de linha de base. Antes de prometer expansão, é preciso apurar, quantificar, validar e atribuir responsável e custo. Por isso as ações de levantamento de dados vêm antes dos compromissos de ampliação de serviços. O terceiro é a auditabilidade. Cada programa deve receber meta, indicador, responsável, prazo e fonte de financiamento, e ser incorporado ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

É por esse padrão que o plano pede para ser julgado. Ele não promete o que não pode demonstrar, assinala onde os dados ainda precisam ser fechados e submete os seus resultados ao acompanhamento permanente da população que o construiu.

★ DESTAQUE — Como as fontes são citadas neste documento

As propostas aparecem sempre acompanhadas do Grupo de Trabalho que as formulou, na forma GT de Educação, GT de Quilombolas e assim por diante. As diretrizes nacionais são referidas como Plano Lula ou Plano Nacional. Os programas dos governos Flávio Dino são identificados pelo ano, 2014 e 2018. Os dados estatísticos indicam a instituição produtora e o ano de referência, não o de divulgação. A relação completa das fontes está na seção de Referências, ao final. Os números de ancoragem fiscal e produtiva serão confirmados junto ao IMESC e à SEFAZ no primeiro ano de governo.

CONEXÕES PROGRAMÁTICAS: O PLANO LULA E O LEGADO DOS GOVERNOS FLÁVIO DINO

Este plano não começa do zero, mas também não continua sem interrupção. Ele se inscreve, de um lado, no projeto nacional de desenvolvimento conduzido pelo presidente Lula e, de outro, no ciclo de transformações que os governos de Flávio Dino abriram no Maranhão em 2015. Entre aquele ciclo e este documento, porém, há um intervalo. Boa parte das políticas então construídas perdeu ritmo, financiamento ou prioridade nos anos seguintes, e algumas foram simplesmente descontinuadas. Por isso o compromisso aqui assumido não é apenas de continuidade, e sim de retomada.

Esta seção faz, por isso, três operações. Explicita o que veio do ciclo aberto em 2015 e segue valendo. Registra o que se perdeu no percurso e precisa ser reconstruído. E indica o que este plano acrescenta de novo, à luz de um diagnóstico que os governos anteriores não tinham como fazer, porque as condições do estado eram outras. Um plano que se diz herdeiro de uma trajetória deve dizer de qual trajetória se trata, em que ponto ela foi interrompida e o que pretende fazer com ela.

A herança de método: o diálogo como forma de governar

O primeiro vínculo é de método. Em 2014, o programa Propostas para um Maranhão com Desenvolvimento e Justiça Social registrou que o movimento Diálogos pelo Maranhão havia percorrido mais de cem cidades e conversado diretamente com mais de trinta mil pessoas, e converteu essa escuta em sessenta e cinco propostas numeradas, submetidas ao registro na Justiça Eleitoral. Em 2018, para o Maranhão Seguir em Frente manteve a mesma estrutura, com sessenta e cinco compromissos organizados em quatro eixos, e assumiu que eles seriam traduzidos em metas do Plano Plurianual. Havia ali uma aposta que este documento retoma integralmente, a de que o programa eleitoral não é peça de campanha, e sim compromisso verificável. Não por acaso, este plano retoma também aquela forma, pois assume sessenta e cinco compromissos, treze em cada um de seus cinco blocos, no mesmo número das sessenta e cinco propostas de 2014 e dos sessenta e cinco compromissos de 2018. A coincidência é deliberada, porque sinaliza a filiação a uma tradição de programas enxutos, numerados e verificáveis.

Os Diálogos pelo Maranhão que deram origem a este plano retomam essa prática e a ampliam. À escuta presencial somaram-se plenárias digitais e, sobretudo, vinte e seis Grupos de Trabalho temáticos que reuniram especialistas, movimentos sociais, trabalhadoras e trabalhadores, empresárias e empresários, gestoras e gestores, conselheiras e conselheiros de políticas públicas. A forma dos compromissos nomeados e auditáveis, adotada na Parte III, é herdeira direta daquela escolha, agora com a exigência adicional de linha de base, indicador e fonte de financiamento para cada compromisso.

O que foi interrompido: por que este plano fala em retomada

Entre o fim do segundo mandato de Flávio Dino e hoje, o Governo Brandão não sustentou o ritmo das transformações iniciadas em 2015. Os relatórios dos Grupos de Trabalho descrevem, com clareza, o estado atual de cada política, e o que descrevem não é a ausência de um Estado que nunca chegou, situação que os programas de 2014 e de 2018 enfrentaram. É o funcionamento precário de estruturas que já existem e que deixaram de receber a atenção, os quadros e os recursos de que precisavam para operar. A leitura sobre quando e por que esse desgaste se instalou é desta candidatura, e é a partir dela que se justifica falar em retomada.

Quatro fragilidades aparecem com mais insistência na escuta. A primeira é a da capacidade administrativa. O GT de Serviço Público registra a precarização estrutural de órgãos, a carência de concursos permanentes, a sobrecarga funcional em áreas essenciais e a baixa integração entre secretarias, e praticamente todos os demais Grupos apontam a mesma dificuldade, ao descreverem políticas que existem no papel, mas operam sem equipe suficiente. A segunda é a das instâncias de participação. Conselhos e conferências perderam periodicidade e poder de decisão, e a escuta territorial deixou de orientar o orçamento, razão pela qual os GTs de Direitos Humanos, de Quilombolas e de Assistência Social propõem reinstituí-los por lei, e não apenas convocá-los.

A terceira é a perda de alcance de políticas que já haviam sido estruturadas. Os GTs de Políticas para o Campo, de Quilombolas e de Economia Solidária pedem o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, a retomada do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento e a aceleração da regularização fundiária. Quatro Grupos distintos chegaram a propor um redesenho do ITERMA. Quando várias áreas pedem a reconstrução do mesmo órgão, o que está em causa não é uma demanda setorial, e sim o esvaziamento de um instrumento central da política de terras. A quarta é a ausência de sistemas de dados e de monitoramento que permitam saber o que está sendo feito, lacuna que atravessa todos os relatórios e que este documento assinala em cada capítulo, ao registrar a falta de linhas de base municipais.

Registrar essas fragilidades não é exercício de balanço, e sim condição de realismo. Um plano que prometesse expandir serviços sem antes reconstruir a máquina que os executa estaria prometendo o que não pode entregar. É por essa razão que os compromissos da Parte III vêm acompanhados de uma agenda de recomposição da capacidade de Estado, e que o Bloco 5 trata essa recomposição como a condição de efetivação de políticas públicas.

Políticas que este plano se compromete a continuar e aprofundar

O segundo vínculo é de conteúdo. Vários programas propostos pelos Grupos de Trabalho dão sequência a políticas construídas entre 2015 e 2022. Reconhecer

essa filiação dá ao plano lastro histórico e permite avaliar, com honestidade, o que funcionou, o que se perdeu pelo caminho e o que precisa mudar. As frentes a seguir indicam a base deixada por aquele ciclo e o que este plano propõe fazer com ela.

- **Educação.** O Escola Digna foi criado em 2015 para substituir as escolas de taipa e madeira que ainda existiam no estado. A rede do IEMA nasceu da transformação da UNIVIMA em instituto estadual de educação profissional. As duas políticas formam a base sobre a qual o programa Maranhão Que Aprende propõe enfrentar o gargalo do Ensino Médio e ampliar a educação em tempo integral e profissionalizante.
- **IEMA em todas as cidades (ensino profissionalizante para a juventude).** A rede do IEMA foi a face mais inovadora da educação no ciclo, e o programa de 2018 já previa cem unidades com ensino médio técnico em tempo integral em todas as regiões. A nova etapa retoma e amplia essa meta, levando o ensino profissionalizante a todas as cidades, ligado às vocações de cada lugar e à geração de emprego para a juventude.
- **Sorrir em todo o Maranhão (dentista de graça para todos**). O Sorrir nasceu nos governos de Flávio Dino e virou referência nacional em saúde bucal pública e gratuita, com o próprio governo anunciando que seria levado a todas as cidades. A nova etapa assume esse compromisso e garante a cada município atendimento odontológico gratuito pelo SUS, fixo ou por unidade móvel, da prevenção à prótese.
- **Programa Mais Segurança.** Apoiado na experiência do Pacto pela Paz, o Mais Segurança cria apoio estadual estruturado para que todas as cidades tenham e qualifiquem suas Guardas Municipais, aproximando a segurança das famílias e integrando-a à inteligência do Estado e ao sistema federal de segurança. É uma ação nova, sobre base já construída.
- **Programa Caminhos do Maranhão.** Continuando o esforço do Mais Asfalto, que tirou centenas de municípios do isolamento, o Caminhos do Maranhão concentra força total na reconstrução e na manutenção permanente das estradas estaduais, garantindo o escoamento da produção e a ligação digna entre as regiões.
- **Redução das desigualdades territoriais.** O Plano Mais IDH, dirigido aos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano e ampliado no segundo mandato com enfoque territorial, é retomado e atualizado neste plano por proposta do GT de Direitos Humanos, articulado agora à inclusão produtiva e à governança territorial da Parte II.
- **Direitos dos povos e comunidades tradicionais.** O programa Maranhão Quilombola, cuja expansão para as regiões com quilombos certificados constava do programa de 2018, é aqui reestruturado como política permanente, reunindo regularização fundiária, infraestrutura e inclusão produtiva.

- **Produção e abastecimento.** O Sistema Estadual de Produção e Abastecimento, a universalização da assistência técnica e extensão rural e a valorização dos produtos da sociobiodiversidade, presentes no eixo de desenvolvimento do programa de 2018, são o antecedente direto da Matriz T e do programa Maranhão Que Alimenta.
- **Segurança alimentar.** A rede de Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias, que passou de seis para vinte e cinco unidades no primeiro mandato, é a base sobre a qual este plano propõe regulamentar percentuais de aquisição da agricultura familiar para esses equipamentos, além de avançar na expansão dos sistemas de SAN nos municípios maranhenses.
- **A regionalização da Proteção Social Especial (SUAS).** Foi iniciada com oferta de serviços de média complexidade (com equipes volantes) para crescer gradualmente até garantir cobertura em todas as regiões.
- **Ciência, tecnologia e inovação.** O Inova Maranhão, a criação da UEMASUL e o fortalecimento da FAPEMA compõem o sistema estadual que o programa Maranhão do Conhecimento se propõe a levar ao interior produtivo.
- **Participação e transparência.** O Orçamento Participativo com escutas territoriais, o Portal da Transparência e o Fórum Interconselhos antecedem institucionalmente o Programa Maranhão Participativo e o Orçamento Participativo Digital aqui propostos.

O que este plano acrescenta

Continuidade não é repetição. Os programas de 2014 e de 2018 organizavam-se sobretudo em torno da reconstrução de serviços básicos, e com razão, dada a situação que encontraram. Este plano parte de outro patamar e desloca o eixo do problema. Onde os anteriores buscavam levar o Estado aonde ele não chegava, este se propõe a retomar e ampliar as políticas capazes de alterar a estrutura econômica que reproduz a desigualdade mesmo aonde o Estado já chegou. Faz isso a partir das condições criadas pelos governos Flávio Dino, que nos últimos anos foram interrompidas, negligenciadas ou abandonadas.

Há, portanto, duas ordens de tarefa. A primeira é reparadora e consiste em recompor o que se desfez, com destaque para a capacidade técnica dos órgãos, os quadros de pessoal, os conselhos e as instâncias de participação, a assistência técnica rural e os sistemas de dados que davam sustentação às políticas. A segunda é propositiva, e é dela que trata o restante deste plano. Três acréscimos a definem. O primeiro é a formulação explícita das matrizes de geração de renda e de distribuição de riqueza, com destaque para a industrialização e a agregação de valor no território, ponto que os programas anteriores tratavam como política industrial genérica e que aqui ganha frentes, operadores e fontes. O segundo é